

# Pauta inclui temas polêmicos

200

TERESA CARDOSO

BRASÍLIA — Apesar da preocupação do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em preservar a tranquilidade da Casa, o assunto que promete dominar as atenções no segundo semestre é mesmo o envolvimento de deputados com o narcotráfico. "Não tenho dúvida de que a suspeita de ligação de parlamentares com tráfico de drogas será a nossa principal ocupação a partir de agora", disse ontem o deputado Etevaldo Nogueira (PFL-CE), presidente da comissão especial encarregada de apurar a falsificação de uma carteira de funcionário da Câmara apreendida com Abidiel Rabelo, irmão do deputado Jubes Rabelo (sem partido-RO), quando foi preso em São Paulo com 554 quilos de cocaína.

As suspeitas de envolvimentos de parlamentares com o comércio de drogas não será, porém, o único assunto polêmico a ser discutido ao longo do segundo semestre no Congresso — que reabre seus trabalhos amanhã. A pauta de deputados e senadores está recheada de temas capazes de provocar discussões calorosas. São eles:

● **Vencimentos do funcionalismo** — O governo manda para o Legislativo projeto de lei com antecipação de 20% para o funcionalismo, além de aumentos diferenciados para várias categorias. Os servidores que ficaram de fora — como os do IBGE, da Funai, da FAE e do Incra — vão lutar no Congresso para serem incluídos.

● **Lei Salarial** — Há dois substitutivos da Comissão

de Trabalho aguardando votação no Legislativo. O primeiro, de abril deste ano, eleva o salário mínimo para Crs 47 mil. O segundo estabelece uma política salarial com reajuste mensal de vencimentos, conforme índices prefixados de inflação. O governo é contra os dois.

● **Lei de Informática** — Depois de difícil trânsito na Câmara, em que grupos nacionalistas tentaram ampliar a reserva de mercado, o assunto será votado no Senado.

● **Lei do Inquilinato** — Aguarda votação no Senado projeto que reformula a questão, inclusive restaurando a denúncia vazia, que permite ao locador reaver o imóvel quando quiser.

● **Lei Eleitoral** — Os partidos de oposição começam a se articular para derrubar os 11 vetos que o presidente da República impôs à lei eleitoral. Entre eles, está a proibição de propaganda política próxima ao local de votação.

Para Ibsen, antes de constituir uma preocupação para o Legislativo, o tráfico de drogas é "um problema da sociedade" — que, em sua opinião, deve ser responsabilizada pela eleição de deputados que por acaso estejam envolvidos com crimes.

Apesar da sucessão de fatos estranhos ocorridos recentemente — como o assalto à agência dos Correios e Telégrafos na sexta-feira, quando foram roubados e destruídos registros de fax recebidos por deputados —, Ibsen acha que não há justificativa para mudanças radicais no sistema de segurança da instituição.